

As Tendências Contemporâneas da Política de Trabalho e Emprego no Brasil.

Raísa Nunes dos Santos Garcia¹

Ivanete Boschetti Ferreira²

1. Estudante de IC da Universidade de Brasília - UnB; *raisangarcia@gmail.com

2. Docente no Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília – UnB.

Palavras-chave: *Política Social, Fundo Público, Trabalho.*

Introdução

O presente trabalho compõe a pesquisa aprovada pelo CNPq, do Grupo de Estudos e Pesquisa em Seguridade Social e Trabalho (GESST), realizado pela coordenação da professora Ivanete Boschetti, o projeto: “A Condição Contemporânea do Estado Social no Brasil”, tem como objetivo geral, demonstrar qual é o tipo de “Estado Social” que vem se constituindo no Brasil, a partir da identificação das principais tendências das políticas sociais em contexto de crise do capital no capitalismo periférico. Este relatório diz respeito, especificamente, ao estudo da política de trabalho e emprego no Brasil: “As Tendências Contemporâneas da Política de Trabalho e Emprego no Brasil”.

Apresenta-se aqui, estudo e análise sobre a política de trabalho e emprego no Brasil, com base em referências diversas acerca da referida política, demonstra-se como se dá a implementação de alguns programas da política de trabalho e emprego, bem como suas bases legais, e o orçamento executado.

Resultados e Discussão

Na pesquisa adotou-se como abordagem teórico-metodológica, a perspectiva crítico-dialética, com intuito de identificar as multicausalidades e multideterminações de um fenômeno, a condição contemporânea da Política de Trabalho e Emprego e sua implicação para o Estado Social no Brasil.

Verificou-se o montante orçamentário da Política de Trabalho e Emprego e sua relação com a constituição do fundo público.

O FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), tem como item mais importante de suas receitas primárias, a arrecadação do Programa de Integração Social e do Programa de Formação Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP), porém parte dessa arrecadação é dirigida à Desvinculação de Recursos da União (DRU), não chegando ao FAT. Dentre os programas e ações pesquisados, cinco foram selecionados, considerados notórios dentro da política de trabalho e emprego, são eles: Seguro-Desemprego, Seguro-Desemprego Empregado Doméstico, Abono Salarial, Qualificação Social e Profissional e a Erradicação do Trabalho Escravo. Para estudo do orçamento, foram fixados alguns anos para base de análises: (2003, 2006, 2007, 2010, 2011 e 2013).

Programa/Função	2003	2006	2007	2010	2011	2013
Erradicação do Trabalho Escravo	3.867.593,53	11.498.999,47	13.145.706,84	8.144.615,22	8.247.385,80	-
Seguro desemprego	15.103.117.015,82	16.273.569.742,74	18.787.949.612,79	24.775.997.897,58	27.436.740.921,13	31.257.449.406,68
Qualificação Profissional	107.059.973,46	103.715.045,17	98.574.564,23	67.140.150,35	14.724.572,07	-
Abono Salarial	-	6.169.205.627,61	7.810.340.352,21	11.281.373.139,19	12.663.315.644,93	14.292.300.616,86
Seguro desemprego Doméstico	-	16.126.138,69	18.970.361,92	26.333.287,81	28.422.433,87	32.518.592,90
Total	15.214.044.582,81	22.574.115.553,68	26.728.980.598,00	36.158.989.090,15	40.151.450.957,79	45.582.268.616,44

Fonte: Siga Brasil. Elaboração Própria. Deflacionado pelo IGP-DI

Durante esses anos se mantém os maiores gastos com o Seguro-Desemprego e o Abono Salarial. No programa de Qualificação Profissional, há uma queda nos gastos, em 2003 foram executados R\$ 48.239.943,61, em 2011 esse número cai para R\$ 12.068.890,37, esse corte de gastos indica a contínua perda de espaço deste programa, sua execução tem sido cada vez mais baixa.

O Seguro-Desemprego Empregado Doméstico vem crescendo desde que foi implementado, em 2006 o valor pago foi de R\$ 10.344.000,00, em 2013 R\$ 30.654.196,00. No programa de Erradicação do Trabalho Escravo há também um crescimento dos gastos, em 2003, R\$ 1.742.691,39, em 2011 esse número sobe para R\$ 6.759.910,89.

Conclusões

Foi possível entender a importância da política de trabalho e emprego como política social imprescindível, pelo estudo do orçamento é possível detectar as prioridades de cada governo. O Seguro-Desemprego e o Abono Salarial são benefícios constitucionais, ou seja, programas que devem obrigatoriamente ser executados, há um crescimento contínuo da receita primária do fundo que não consegue acompanhar o aumento dos gastos obrigatórios, com isso, outros programas, como o de qualificação, recebem poucos investimentos, enquanto isso, as aplicações financeiras do fundo só crescem. É preciso prioridade política para determinados programas, que são claramente fruto da luta da classe trabalhadora, programas que instrumentalizam os direitos sociais previstos na Constituição Federal, sem tal prioridade, cada vez mais facilmente os cortes ocorrerão.

Agradecimentos

Agradeço ao GESST pela oportunidade de pesquisa aprendido e pela bolsa de iniciação científica.